ADOÇÃO DE CRITÉRIOS ESG E RISCOS SOCIOAMBIENTAIS NA CONTABILIDADE: ANÁLISE DA CONFORMIDADE DO BANCO BRADESCO COM A NORMA IFRS S1

MARIANNA FIRMINO NOGUEIRA[1]
VALÉRIO VITOR BONELLI[2]

RESUMO

Este estudo analisa como o Banco Bradesco S.A. integra os critérios ESG (Environmental, Social and Governance) em suas práticas contábeis e relatórios de sustentabilidade, avaliando sua conformidade com os requisitos de transparência e comparabilidade da IFRS S1. Em um contexto de crescente demanda por responsabilidade socioambiental, destaca-se a relevância de práticas contábeis alinhadas a padrões internacionais de sustentabilidade e seus impactos na governança corporativa e nas demonstrações financeiras. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com análise documental dos relatórios de sustentabilidade do Bradesco e revisão teórica sobre ESG, IFRS S1 e práticas de governança no setor financeiro. Os resultados indicam que, embora o banco apresente iniciativas alinhadas aos princípios ESG, ainda existem lacunas na integração dessas informações às demonstrações financeiras. A ausência de métricas quantitativas consistentes e a falta de padronização nos relatórios comprometem a transparência e a comparabilidade das informações. Conclui-se que, para atender plenamente à IFRS S1, o Bradesco deve aprimorar seus processos de divulgação, integrando dados ESG de forma estruturada e mensurável às demonstrações financeiras. Recomenda-se a implementação de sistemas de auditoria para validação das informações ESG, a fim de aumentar a confiabilidade dos dados e a confiança dos stakeholders. O estudo contribui para o avanço das discussões sobre práticas ESG no setor financeiro e reforça a importância da conformidade com normas internacionais para a credibilidade institucional.

Palavras-chave: ESG. IFRS S1. Sustentabilidade. Transparência.

[1] PUC-SP. nogueira.marih@gmail.com
[2] Doutor. PUC-SP. vvbonelli@pucsp.br

ADOPTION OF ESG CRITERIA AND SOCIO-ENVIRONMENTAL RISKS IN ACCOUNTING: AN ANALYSIS OF BANCO BRADESCO'S COMPLIANCE WITH IFRS S1

ABSTRACT

This study analyzes how Banco Bradesco S.A. integrates ESG (Environmental, Social, and Governance) criteria into its accounting practices and sustainability reports, assessing its compliance with the transparency and comparability requirements of IFRS S1. In a context of increasing demand for socio-environmental responsibility, the study highlights the importance of accounting practices aligned with international sustainability standards and their impacts on corporate governance and financial statements. The research adopts a qualitative approach, based on documentary analysis of Bradesco's sustainability reports and a theoretical review of ESG, IFRS S1, and governance practices in the financial sector. The results indicate that, although the bank presents ESG-aligned disclosure initiatives, there are still gaps in integrating this information into financial statements. The lack of consistent quantitative metrics and standardized reporting compromises transparency and comparability. The study concludes that, to fully comply with IFRS S1, Bradesco should improve its disclosure processes by integrating ESG data into financial statements in a structured and measurable manner. It also recommends the implementation of auditing systems to validate ESG data, enhancing reliability and stakeholder trust. The study contributes to the advancement of ESG discussions in the financial sector and reinforces the importance of compliance with international standards for institutional credibility.

Keywords: *ESG. IFRS S1. Sustainability. Transparency.*

INTRODUÇÃO

As transformações socioambientais e econômicas contemporâneas têm exigido que as empresas modernizem suas práticas de governança e contabilidade, alinhando-as a critérios de sustentabilidade, como os parâmetros ESG (Environmental, Social and Governance). Nesse contexto, observa-se uma mudança no comportamento organizacional, em que estratégias mercadológicas, institucionais e de produtos passam a ser integradas à identidade corporativa, promovendo valores relacionados a questões sociais, ambientais e de governança. Essa abordagem contribui para a construção de valor intangível e para o fortalecimento da relação com stakeholders.

A incorporação de aspectos socioambientais à busca por resultados financeiros representa uma evolução na visão tradicional dos negócios, na medida em que práticas sustentáveis passam a ser incorporadas ao funcionamento cotidiano das organizações. O conceito ESG, nesse sentido, orienta a adoção de estratégias corporativas voltadas à geração de impactos positivos para a sociedade e o meio ambiente. Alinhado a esse movimento, a IFRS S1 surge com o propósito de padronizar e qualificar a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade, promovendo maior transparência, comparabilidade e utilidade para a tomada de decisão.

Diante dessa demanda, as empresas passaram a divulgar relatórios voluntários contendo informações qualitativas sobre desempenho, riscos, oportunidades e estratégias, com o objetivo de fortalecer a transparência e a gestão de riscos. Contudo, a crescente relevância dessas informações evidenciou a necessidade de padronização e mensuração quantitativa, especialmente no que se refere à avaliação dos impactos ambientais e sociais.

Nesse cenário, a conformidade com os requisitos da IFRS S1 torna-se essencial, sobretudo para instituições financeiras, que precisam assegurar a qualidade, confiabilidade e comparabilidade de suas demonstrações financeiras em nível internacional. Assim, este estudo investiga como o Banco Bradesco S.A. incorpora os critérios ESG em suas práticas contábeis e relatórios de sustentabilidade,

bem como o grau de aderência dessas práticas aos requisitos de divulgação estabelecidos pela norma.

Considerado os aspectos acima e de divulgação dos impactos financeiros e do fluxo de caixa proposta pela IFRS S1 nos leva à seguinte questão: Como o Banco Bradesco S.A. incorpora os critérios ESG em suas práticas contábeis e relatórios de sustentabilidade, e em que medida essas práticas atendem aos requisitos de divulgação estabelecidos pela norma IFRS S1?

A pesquisa tem como objetivos: (i) identificar os critérios ESG aplicados pelo Banco Bradesco; (ii) avaliar a conformidade de suas práticas com os requisitos de transparência, comparabilidade e materialidade da IFRS S1;(iii) analisar lacunas e desafios na implementação de um sistema de divulgação plenamente alinhado à norma; (iv) investigar os impactos da integração entre informações financeiras e sustentáveis; e (v) propor recomendações para o aprimoramento das divulgações ESG.

Como metodologia o estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão da literatura e análise documental do Relatório Integrado e do Relatório ESG do Banco Bradesco, considerando como referência as informações divulgadas até 31 de dezembro de 2023. Dessa forma, busca-se contribuir para o avanço das discussões sobre a integração entre sustentabilidade e contabilidade no setor financeiro, reforçando a importância da conformidade com padrões internacionais.

2. Fundamentação Teórica:

Na introdução aos conceitos, é necessário destacar que, à medida que a civilização foi se desenvolvendo, com o surgimento de inovações e o avanço do capitalismo industrial para o que conhecemos hoje, torna-se possível perceber o impacto das adversidades climáticas, das agitações sociais e das rupturas nas cadeias de suprimento, demonstrando que os riscos ambientais trazem consequências sociais e econômicas quase que inevitavelmente.

Penna e Castro (2010) contextualizam os anos 1950 como um período em que as empresas começaram a incorporar medidas éticas de forma mais evidente,

refletindo o reconhecimento da necessidade de construir empresas não apenas economicamente viáveis, mas também ambiental e socialmente responsáveis.

Em contraponto, Tinoco e Kraemer (2004) ressaltam que foi necessário compreender o impacto da degradação ambiental, o que forçou as empresas a incorporarem questões ambientais em seus objetivos comerciais.

Independentemente da abordagem, o conceito de sustentabilidade empresarial veio com a ideia de boas práticas adotadas pelas companhias que optam por atitudes éticas, visando um crescimento econômico que respeite o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Diante disso, Coral (2002) destaca a importância de as empresas possuírem ferramentas que auxiliem na elaboração de estratégias ambientais.

> Quando a questão ambiental é tratada no planejamento estratégico, é geralmente vista como uma ameaça ao aumento dos custos produtivos em função das restrições legais ao controle e tratamento de efluentes e resíduos ou como uma ameaça ao acesso de matérias-primas oriundas de recursos naturais escassos.
> (Coral, 2002, p.135)

Assim, o planejamento estratégico sustentável surge como uma abordagem fundamental para as companhias que buscam promover uma gestão ambiental e social, mantendo ao tempo sua competitividade no mercado.

Dessa forma, a gestão sustentável desempenha um papel essencial na implementação desse planejamento, de não só solucionar problemas ecológicos e ambientais das empresas, mas promover ações sociais e governamentais para seu ambiente.

Uma pesquisa da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) aponta que as empresas são responsáveis por cerca de 60% das emissões globais de gases de efeito estufa.

Entretanto, Tchizawa (2011) ressalta que esse impacto varia de acordo com o tipo de organização. O autor também relaciona a gestão ambiental com motivações éticas, onde as entidades buscam melhorar sua imagem ecológica e demonstrar preocupação com o bem-estar, envolvendo a identificação, avaliação e gestão dos impactos ambientais de suas atividades.

A construção de propósitos estratégicos com uma visão social, ambiental e corporativo tem se intensificado, à medida que a sociedade cobra das empresas um papel mais ativo no ambiente em que estão inseridas. Esse movimento tem facilitado a incorporação de práticas responsáveis no cotidiano corporativo, como explica Schroeder:

> As empresas passaram a exercer um papel que vai além de sua função tradicional de provedoras de bens e serviços. Ou seja, a sociedade registra que, além de serem grandes geradoras de riquezas materiais, as empresas também devem e podem assumir uma responsabilidade ampliada, envolvendo-se em causas sociais.
> (Schroeder & Schroeder, 2004, p. 5).

Schroeder e Schroeder (2004) esclarecem que essa cobrança e a transformação de identidade corporativa surgem quando a sociedade percebe que, muitas vezes, o Estado não dispõe de recursos e estrutura suficientes para garantir o bem-estar social, ambiental e governamental de toda a população. Assim, abre-se espaço para que estratégias voltadas a ESG, sustentabilidade e de responsabilidade social corporativa contribuam para suprir parte dessas necessidades.

2.2 Sustentabilidade x ESG x SER:

Porém, a gestão ambiental é abrangente em sua atuação. Sendo assim, é necessária uma discussão sobre os conceitos de ESG, Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa (RSC), visto que os termos podem ser conceitualmente parecidos, mas divergem em foco e objetivo dentro das empresas.

Quando mencionamos sustentabilidade, o conceito mais aceito é o definido pelo Relatório Brundtland de 1987, nomeado "Nosso Futuro Comum". Ao falarmos de sustentabilidade, estamos tratando de um conceito amplo, cujo significado está relacionado ao equilíbrio das necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento também enfatiza a conexão entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental, além de defender a adoção de práticas que equilibrem esses três aspectos para garantir os recursos necessários.

Já a Responsabilidade Social Corporativa envolve a responsabilidade das empresas em relação aos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável. Contudo,

conforme ressaltado no artigo científico "Responsabilidade Social Corporativa: Conceito, Instrumentos de Gestão e Normas" de 2015, o conceito de RSC não possui uma definição universal. Entretanto, ao aprofundarmos a literatura, identificamos que o conceito está relacionado a políticas e ações que promovem a comunicação do comportamento positivo da entidade em relação ao âmbito social e ambiental.

Como podemos observar no Quadro 1, é possível distinguir Sustentabilidade, RSC e ESG a partir do foco e objetivo de cada conceito apresentado:

Quadro 1: Focos e Objetivos da ESG, Sustentabilidade e RSC

	ESG (Environmental, Social, and Governance)	Sustentabilidade	RSC (Reponsabilidade Social Corportativa)
Foco	Criação de conjunto de critérios usado para avaliar as práticas e o desempenho de uma empresa em três áreas principais: ambiental, social e governança	Preservação dos ecossistemas e recursos naturais,concentrando - se na equidade e bem-estar das pessoas e viabilidade financeira a longo prazo.	Práticas que a empresa de ser socialmente responsável, indo além dos lucros e considerando o impacto de suas atividades na sociedade e no meio ambiente.
Objetivo	Fornecer aos investidores uma visão abrangente sobre o comportamento da empresa em relação a esses critérios, ajudando na tomada de decisões de investimento responsáveis.	Promover práticas que garantam a sobrevivência e prosperidade a longo prazo, minimizando impactos negativos e contribuindo positivamente para a sociedade e o meio ambiente.	Melhoraria da imagem pública da empresa, aumentando o engajamento dos funcionários, e criar um impacto positivo nas comunidades locais e no meio ambiente.

Fonte: Elaborado pelos autores

Logo, podemos concluir que, ao pensarmos em Sustentabilidade e Responsabilidade Social Empresarial (RSE) dentro das entidades, essas práticas costumam ser mais espontâneas dentro das entidades, focando-se na liderança ambiental e nas iniciativas organizacionais, como promoção de "qualidade" de vida dentro da empresa e programas de voluntariado, sem necessariamente integrá-las à criação de valor e à gestão de riscos.

Todavia, ao falarmos sobre o mapeamento de riscos, estamos nos referindo aos critérios ESG, pois eles envolvem decisões financeiras baseadas no desempenho e em métricas ambientais, sociais e de governança relevantes, concentrando-se no rendimento e na criação de valor a curto, médio e longo prazo, além de abordar os riscos ambientais, sociais e de governança.

Para Tinoco e Kraemer (2004), esse gerenciamento passou a ser um fator estratégico para a análise da alta administração, especialmente nas estratégias formuladas para assegurar a conformidade com as leis ambientais.

2.3 Pilares ESG

Sendo assim, o gerenciamento de riscos e estratégias exige o entendimento de como são trabalhados os três pilares que envolvem a ESG:

No primeiro critério, Environment (Ambiental), as entidades devem adotar medidas para reduzir seu impacto no meio ambiente.

Tchizawa (2011), em seu livro, estabelece que as entidades podem desenvolver seus principais critérios de desempenho ambiental por meio de:

1. Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE);
2. Consumo de energia e recursos naturais;
3. Gestão de resíduos e reciclagem;
4. Impacto sobre a biodiversidade.

Já os critérios do pilar social referem-se às políticas e ações que geram impacto na comunidade em que a entidade está inserida. Nesse sentido, podemos considerar a promoção da diversidade e inclusão, a saúde e segurança dos colaboradores, além das relações com fornecedores e clientes.

Por fim, o critério de Governance (Governança) trata das práticas de governança corporativa adotadas pelas empresas.

Nesse aspecto, avaliam-se a configuração organizacional estruturada da empresa, a independência na tomada de decisões pelos conselhos, a ética no mercado, o combate à corrupção, a gestão de riscos e a transparência na comunicação com investidores.

Atualmente, o aumento da procura por estratégias ESG é justificado por três fatores, onde o primeiro está ligado ao fato de que clientes e funcionários buscam empresas cujos valores estejam alinhados com os seus próprios.

Para as empresas, esse fator impacta o engajamento e a produtividade. Nogueira (2020) ressalta que, quando o colaborador reconhece os valores da empresa em si, cria-se um sentimento positivo de pertencimento no ambiente de trabalho.

No entanto, é importante ressaltar que esse fator está relacionado a uma questão geracional. Nogueira (2020) observa, em seu estudo de caso, que gerações

mais conservadoras (X e Y) não consideram o alinhamento de valores como relevante, priorizando segurança e projetos individuais. Por outro lado, ao analisar os dados da geração Z, notou-se a importância do alinhamento para a manutenção do vínculo empregatício. Esse mesmo alinhamento foi apontado em uma pesquisa da Forbes, onde 88% dos entrevistados demonstraram tendência a comprar produtos com benefícios sociais e ambientais e seriam leais à marca por essa razão.

Junqueira (2023), destaca a importância da comunicação entre a entidade e seu público, garantindo uma identificação mais forte.

O segundo fator é a crescente pressão e demanda por programas ESG robustos, com divulgações precisas. Em 2023, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 divulgou que as empresas comprometidas com práticas sustentáveis possuem valor de mercado estimado em R$ 2 trilhões, o que corresponde a 54% do valor total das companhias listadas na B3. Consequentemente, os investidores passaram a reconhecer que o mercado financeiro pode moldar companhias mais sustentáveis, sendo esse compromisso, por vezes, um pré-requisito para listagem e captação de investimentos.

A pesquisa realizada por Junqueira (2023), estimam que, até 2025, a agenda ESG deveria captar cerca de US$ 53 trilhões em investimentos. Em 2023, a mesma pesquisa mostrou que 84% dos executivos afirmam que a ESG contribui para moldar uma estratégia corporativa mais robusta, influenciando fusões e aquisições, além de mitigar riscos de perda de participação de mercado.

Por fim, nos últimos anos, surgiram novas leis para reduzir as emissões de carbono, cumprindo os compromissos do Acordo de Paris.

No Brasil, a preocupação com o meio ambiente ganhou destaque após a Rio-92, evento que marcou o início da conscientização e das políticas públicas voltadas à sustentabilidade.

Assim, nos últimos anos, houve um crescimento significativo da gestão ambiental no território brasileiro.

Para Tchizawa (2011), as primeiras tentativas de estabelecer um "selo verde" ocorreram durante os anos 90, quando a ABNT propôs ao IBPA um projeto que visava um esquema voluntário de certificação ambiental.

Atualmente, a ABNT promove a adoção das seguintes normas ambientais:

ISO 14001: Norma internacional que especifica os requisitos para um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Ela auxilia na identificação dos riscos e controles sobre os aspectos ambientais significativos, promovendo a melhoria contínua por meio da metodologia PDCA (Planejar-Fazer-Verificar-Agir).

ISO 26000: Norma internacional que fornece diretrizes sobre responsabilidade social. Diferente da ISO 14001, não é certificável, mas orienta as organizações sobre como operar de maneira socialmente responsável.

Segundo o texto da norma, a responsabilidade social corporativa é fundamentada por sete princípios: responsabilidade, transparência, comportamento ético, respeito pelos interesses dos stakeholders, estado de direito e direitos humanos.

A norma também estabelece diretrizes de como integrar ações de responsabilidade social em suas políticas, estratégias e critérios de avaliação.

A adoção das normas ISO 14001 e ISO 26000, promovidas pela ABNT no Brasil, representa um passo significativo para as organizações que buscam alinhar suas operações com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, integrando-as como critérios de ESG.

Em 20 de outubro de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou, por meio da Resolução CVM nº 193, a opção de elaboração e divulgação de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade com base no padrão internacional emitido pelo ISSB, a partir da data-base de 2024. Contudo, a mesma resolução prevê a obrigatoriedade dessas informações para as empresas de capital aberto a partir de 2026.

2.4 Relatórios de divulgações

Com o advento da globalização e a crescente conscientização sobre a importância das questões socioambientais, as empresas passaram a relatar seu desempenho social e ambiental, além dos respectivos impactos financeiros.

Ao longo do desenvolvimento das avaliações e ações ambientais, sociais e corporativas, surgiu a necessidade de divulgar essas informações por meio de relatórios separados, com ênfase nas ações realizadas pela entidade durante o ano.

O primeiro relatório integrado foi criado em 1997, com o objetivo inicial de ser um modelo capaz de transmitir a transparência dos impactos ambientais gerados pela entidade e atender ao princípio da comparabilidade, a Global Reporting Initiative (GRI) criou o primeiro mecanismo que possibilitou entender os impactos financeiros gerados pela gestão ambiental e social da entidade.

Ao longo desses 27 anos, a forma de divulgação proposta pela GRI evoluiu, abrangendo não apenas questões ambientais, mas também temas sociais e econômicos, tornando-se uma estrutura abrangente para relatórios de sustentabilidade, aplicável a qualquer organização, independentemente de sua escala econômica ou setor.

A flexibilidade da GRI permite que as empresas alinhem suas divulgações com múltiplos modelos de relatórios integrados, garantindo que diferentes públicos de interesse recebam as informações necessárias. Dentre esses modelos, destacam-se o TCFD, o Protocolo GHG e, mais recentemente, a integração com a IFRS S1.

Em 1998, foi desenvolvido o Protocolo GHG com o intuito de padronizar e orientar a contabilização das emissões de GEE de maneira consistente, comparável e transparente.

Para isso, o GHG classifica as emissões em três escopos:

- **Escopo 1:** Emissões diretas de fontes controladas pela organização (como a queima de combustíveis fósseis em caldeiras).
- **Escopo 2:** Emissões indiretas associadas à compra de eletricidade, calor ou vapor.
- **Escopo 3:** Outras emissões indiretas ao longo da cadeia de valor, como transporte e uso de produtos vendidos.

Um dos principais diferenciais do Protocolo GHG é o princípio da completude, ou seja, o relatório exige a divulgação de todas as fontes de emissões, que devem ser listadas no inventário da entidade.

O Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) é um relatório integrado voluntário, utilizado para promover e desenvolver a divulgação dos impactos financeiros relacionados ao clima, incentivando a transparência e uma melhor gestão dos riscos climáticos. Esse relatório auxilia investidores e o público a entenderem a concentração de carbono nos ativos.

O TCFD propõe que suas divulgações sejam organizadas em torno de quatro áreas, conforme demonstrado no Quadro 2:

Quadro 2: Características principais de divulgação da TCFD.

Governança	Como a Administração realiza a gestão dos riscos relacionados ao clima.
Estratégia	Como os atuais e potenciais riscos climáticos impactam as estratégias, modelo de negócio e planejamento financeiro da entidade.
Gestão de Riscos	Como a organização identifica, endereça e gere riscos relacionados ao clima.
Métricas e Metas	Quais são as métricas usadas para endereçar e gerir informações relevantes relacionadas aos riscos e oportunidades relacionadas ao clima.

Fonte: Elaborado pelos autores

Como podemos observar neste referencial teórico, existem diferentes abordagens e metodologias para divulgações ambientais, que podem ser elaboradas dependendo da finalidade da divulgação. No entanto, neste trabalho, destacamos a metodologia de escopo e divulgação conforme a SASB como objeto de estudo.

Os requisitos desenvolvidos pela Sustainable Accounting Standards Board (SASB) oferecem às entidades e aos investidores uma comunicação padronizada, relacionando os impactos financeiros da sustentabilidade em 77 indústrias.

Em março de 2022, por meio da International Sustainability Standards Board (ISSB), a SASB publicou o rascunho da IFRS S1, cujo objetivo é a padronização dos requisitos gerais para divulgações de sustentabilidade, relacionadas às oportunidades e riscos associados à sustentabilidade de uma entidade.

Segundo a publicação emitida em junho de 2023, a IFRS S1 tem como escopo a preparação e a divulgação de informações sustentáveis relacionadas às informações financeiras que são úteis aos usuários, tais como:

- **Governança:** Quais são os processos, controles e procedimentos que a administração utiliza para monitorar e gerenciar os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade.
- **Estratégia:** Divulgação da abordagem que a entidade utiliza para lidar com os riscos e oportunidades de sustentabilidade que afetam as estratégias operacionais e o fluxo de caixa no curto, médio e longo prazo.
- **Métricas e Metas:** Quais são as informações utilizadas para gerenciar o desempenho dos riscos e oportunidades sustentáveis.
- **Gerenciamento de Riscos:** Como a entidade realiza a gestão dos riscos relacionados à sustentabilidade

A norma também prevê a obrigatoriedade de que o relatório seja preparado e divulgado ao mesmo tempo que as demonstrações financeiras, além da inclusão de dados e premissas financeiras, considerando as normas contábeis já vigentes.

Adicionalmente, publicações mais recentes da ISSB sobre o tema preveem a particularidade das divulgações da IFRS S1 conforme o segmento de mercado em que a entidade atua.

3. Análise e interpretação de resultado

3.1 Banco Bradesco S.A

O Banco Bradesco S.A. é uma das instituições financeiras mais tradicionais do mercado financeiro brasileiro. Fundado em 1943 por Amador Aguiar, o banco tinha como objetivo atender pequenos comerciantes, agricultores e a população em geral, especialmente em regiões que não possuíam fácil acesso a serviços financeiros.

As primeiras práticas voltadas para ESG ocorreram ao longo da década de 1950, com iniciativas voltadas à educação. Posteriormente, em 1988, a instituição fundou a Fundação Bradesco, uma organização do terceiro setor com o principal

objetivo de proporcionar educação e capacitação profissional para jovens e adultos, oferecendo ensino gratuito, além de promover programas de inclusão digital.

Quanto aos relatórios integrados de sustentabilidade, a instituição emitiu seu primeiro relatório em 2006, alinhando-se aos padrões da GRI (Global Reporting Initiative).

Nos anos seguintes, além da divulgação obrigatória, o Bradesco passou a integrar em seus relatórios informações sobre índices de sustentabilidade importantes, como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 e o Dow Jones Sustainability Index (DJSI).

Em 2019, o Bradesco lançou seu compromisso de ser um banco de impacto positivo, com metas ambiciosas para 2025, incluindo a redução das emissões de carbono e o financiamento de iniciativas sustentáveis. Essa visão foi consolidada com a criação do Comitê de Sustentabilidade e a inclusão da sustentabilidade como um dos pilares estratégicos do banco

3.2 Requerimento para divulgação IFRS S1

3.2.1 Características Gerais

Sobre as características gerais da divulgação de sustentabilidade segundo a IFRS S1, elas são semelhantes às definidas para as demonstrações financeiras. Segundo norma, a apresentação do relatório prevê que, para que os índices de sustentabilidade sejam úteis, eles precisam ser relevantes e representar de forma fidedigna todos os riscos e oportunidades aos quais a entidade está exposta, seja em decorrência das suas práticas de emprego e de seus fornecedores, dos ativos (incluindo os investimentos) que a entidade controla ou das suas fontes de financiamento. A informação deve ser comparável, verificável, oportuna e compreensível.

A norma também requer as seguintes características gerais do relatório:

1. Informações Relacionadas: A entidade deve fornecer informações que permitam aos usuários conectar os riscos e oportunidades aos objetivos financeiros da entidade.

2. Materialidade: A entidade deve aplicar julgamento para identificar informações sustentáveis relevantes. O julgamento aplicado na definição da materialidade deve ser descrito no relatório.

3. Informações Comparativas: A entidade deve fornecer informações comparativas que reflitam a atualização das estimativas previamente estabelecidas.

4. Frequência do Relatório: A entidade deve divulgar o relatório com a mesma frequência das divulgações financeiras. O documento ressalta que, normalmente, a entidade prepara o relatório de sustentabilidade referente a 12 meses. No entanto, algumas entidades preferem emitir relatórios para 52 semanas, mas a IFRS S1 não contempla essa prática.

5. Localização das Informações: As entidades são obrigadas a divulgar as informações conforme as exigências da IFRS Sustainability.

6. Fontes de Estimativa e Incerteza: A entidade deve divulgar as métricas relevantes e a natureza das incertezas que afetam essas métricas.

7. Erros: A entidade deve identificar e corrigir erros materiais de anos anteriores e atuais, resultantes de omissões e distorções nas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade.

8. Declaração de Conformidade: A entidade deve incluir uma declaração de conformidade explícita e sem ressalvas caso suas divulgações atendam a todos os requisitos apresentados da norma.

O quadro a seguir foi elaborado para identificar se o Banco Bradesco segue as características gerais da norma IFRS S1:

Quadro 2: Características Gerais de Divulgação

	2023		
Características Gerais	**Apresentado**	**Não Apresentado**	**Não Aplicável**
Materialidade	x		
Informações Relacionadas		x	
Informações Comparativas	x		
Frequência do Relatório	x		
Localização das informações		x	
Fontes das Estimativas	x		
Erros		x	
Declaração das conformidades	x		

Fonte: Elaborado pelos autores

A materialidade é um aspecto fundamental na prática de auditoria e na norma IFRS S1, pois, em ambos os casos, influencia o planejamento e a execução da auditoria, especialmente no mapeamento de riscos e oportunidades sustentáveis. De acordo com a ISA 320, a materialidade é definida como a magnitude de uma omissão ou distorção de uma demonstração financeira que, individualmente ou em conjunto, pode influenciar as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Assim, a materialidade é determinada com base em percentuais de métricas financeiras relevantes, como receita, lucro antes de impostos ou patrimônio líquido.

Já na norma IFRS S1, é considerado o conceito de dupla-materialidade. Segundo relatório PWC (2022), a dupla materialidade tem como objetivo a identificação de assuntos relevantes dentro de um ponto de vista financeiro, como de impacto.

Para auxiliar na identificação de assuntos relevantes de impacto a Sustainability Accounting Standards Board (SASB) possui um mapeamento por setores indústriais podem integrar ESG. Segundo os SASB Standards, as questões relevantes a serem consideradas para bancos comerciais estão destacadas na Figura 2, a seguir:

Figura 1: Questões Relevantes para o setor financeiro.



Fonte: SASB STANDARDS

Fora a tabela disponibilizada por setores, a entidade deve avaliar em sua cadeia de valores afim de possuir as informações necessárias para a identificação de temas ambientais, sociais e de governança que impactam o desenvolvimento da entidade.

A norma IFRS S1 não especifica um limite para a materialidade, nem predetermina o que seria material em uma situação específica, mas estabelece que entidade deve aplicar seu julgamento a fim de identificar informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, e que o mesmo deve ser reavaliado a cada data de relatório, considerando as mudanças nas circunstâncias e premissas.

Conforme comunicado em Relatório de Materialidade (2022), o Banco Bradesco realiza a revisão de sua materialidade a cada dois anos. Nesse relatório, é apresentado como o banco identifica e prioriza questões de ESG relevantes dentro de suas operações e para seus stakeholders. Para determinar os temas materiais, o Banco Bradesco utiliza uma abordagem estruturada que inclui: engajamento com stakeholders, análise de tendências e riscos, e avaliações internas.

Em 2022, os principais temas identificados foram: sustentabilidade e gestão ambiental do banco, inclusão e diversidade, governança e ética, transformação digital, e segurança e proteção de dados.

Durante a leitura do relatório de materialidade, não foi possível a identificação das premissas utilizadas para o cálculo do impacto financeiro dos projetos de descarbonização da entidade.

Em relação às informações conectadas, ou seja, como os riscos e oportunidades estão relacionados às demonstrações contábeis, observa-se que, no

relatório integrado e no de ESG, há uma predominância qualitativa, com descrições majoritárias sobre as ações de sustentabilidade, governança e impacto social.

Por exemplo, no relatório integrado, a entidade descreve suas iniciativas e compromissos com a redução de emissões de carbono sem necessariamente associar esses esforços a métricas financeiras específicas. Trata-se de uma divulgação mais subjetiva dos relatórios ESG, que, embora pudesse complementar as informações financeiras em uma nota explicativa, não estabelece uma conexão quantitativa direta com as demonstrações contábeis, fornecendo um panorama abrangente do desempenho corporativo sob uma perspectiva sustentável.

Quanto às informações comparativas, a entidade divulga seu relatório integrado desde 2020, o que permite a comparabilidade das métricas apresentadas.

No que diz respeito à frequência do relatório, a entidade realiza a divulgação do seu relatório integrado de forma anual, o que contrasta com a periodicidade estabelecida na IFRS S1. Visto que as demonstrações financeiras são divulgadas trimestralmente, verifica-se que a emissão dos documentos ocorreu de forma separada, com as demonstrações financeiras publicadas em 6 de fevereiro de 2024 e o relatório integrado em 7 de junho de 2024.

Sobre a localização das informações, a entidade segue as diretrizes de prestação de contas e boas práticas de sustentabilidade, respondendo ao conteúdo de divulgação proposto pelos GRI Standards. Isso significa que, em 2023, os riscos e oportunidades não foram divulgados segundo o padrão da IFRS Sustainability.

Em relação à divulgação das fontes de estimativas, em 2023 a entidade apresentou, de forma separada dos relatórios integrados, uma planilha de indicadores ESG. O documento é apresentado em uma planilha Excel, dividido em três abas principais. Na página principal, é possível observar a descrição de que os indicadores abrangem o período de janeiro a dezembro de 2023. Ressalta-se que a construção das métricas foi feita conforme as diretrizes da GRI Standards, Relato Integrado da Value Reporting Foundation (IIRC), além de considerar metodologias e frameworks globais. Quanto às métricas, elas foram formuladas com base nos pilares ESG. No pilar ambiental, há 83 indicadores, subdivididos em subtemas como emissões operacionais, gestão de água, energia, resíduos e materiais. É possível verificar que

a empresa utiliza critérios financeiros, como a receita líquida, para o cálculo dos indicadores de intensidade de emissões e de intensidade energética. Contudo, a metodologia aplicada e as incertezas das estimativas não são claramente descritas, especialmente em relação aos indicadores dos pilares de governança e social, que apresentam uma natureza mais subjetiva.

Sobre as incertezas, é relevante mencionar que, em julho de 2024, a IFRS Accounting publicou o projeto de Exposição às Incertezas Climáticas e Outras Incertezas nas Demonstrações Financeiras. Nesse documento, o IFRS Accounting propõe oito exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das Normas Contábeis IFRS para relatar os efeitos de incertezas relacionadas ao clima ou a outros temas sustentáveis em suas demonstrações financeiras, com foco em áreas como julgamento de materialidade, divulgações sobre suposições e incertezas de estimativas.

Conforme observado na planilha de indicadores, foram comunicados dois erros: o primeiro, relacionado ao cálculo de empregados com direito à licença maternidade/paternidade, e o segundo, referente à quantidade de produtos socioambientais próprios. Em ambos os casos, o erro foi identificado e recalculado, mas não foi mencionado se houve impacto financeiro material após a nova mensuração.

Sobre a declaração de conformidade, a asseguração limitada foi realizada pela KPMG - Auditores Independentes. Conforme divulgado, os auditores conduziram os trabalhos de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 - Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade, e a NBC TO 3000 - Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão. Essas normas regulam no planejamento e na execução dos trabalhos, com o objetivo de obter uma segurança limitada sobre as informações não financeiras apresentadas no Relatório ESG.

O relatório de asseguração ressalta que o parecer é condicionado pelo fato de que os dados não financeiros estão sujeitos a limitações inerentes.

3.2.2 Governança

O objetivo de a entidade divulgar sobre a Governança é permitir aos usuários o entendimento dos processos, controles e procedimentos que a Administração utiliza para monitorar e gerenciar os riscos e oportunidades relativos à sustentabilidade.

Para isto, a entidade deve divulgar informações sobre os conselhos que deliberam sobre os riscos e oportunidades de sustentabilidade e como é feito a gestão desse processo. Para a norma, a entidade deve divulgar:

A) Qual é a identidade, habilidade e competência dos membros do conselho responsável sobre os riscos e oportunidades de sustentabilidade;
B) Como e com qual frequência o grupo realiza as avaliações sobre as questões de sustentabilidade;
C) De que maneira a responsabilidade desse grupo reflete na entidade ou empresa
D) Como o conselho (comitê) realiza o controle e monitoram a nível gerencial aplicados aos riscos e oportunidades e como estão relacionados às métricas financeiras, incluindo as políticas de remuneração.
E) De qual maneira os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade estão ligados às estratégias da entidade.

Diante dos requisitos acima, foi elaborado um quadro para que pudéssemos analisar o relatório integrado de 2023 e verificar se os itens acima foram aplicados ou não:

Quadro 3: Governança no Relatório Integrado Bradesco S.A

	Ano 2023	
Governança	**Não Procede**	**Procede**
Item A	X	
Item B		x
Item C		x
Item D		x
Item E		x

Fonte: Elaborado pelos autores

O Item A aborda quem são os membros do conselho e quais são suas habilidades e competências em relação à gestão de riscos e oportunidades. Em nível estratégico, o Bradesco, dentro de seu conselho administrativo, possui um comitê de sustentabilidade e diversidade, cuja principal atribuição é acompanhar e implementar a estratégia de sustentabilidade. No entanto, o relatório não apresenta os membros do comitê de sustentabilidade.

O Banco Bradesco apresenta em seu Relatório ESG a estrutura de governança, o qual podemos identificar e relacionar as relações de governança corporativa que auxiliam no desenvolvimento e monitoramento de estratégias, riscos e oportunidades.

O Item B trata da frequência com que o comitê se reúne para acompanhar os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. Em 2023, a entidade informou que o comitê de sustentabilidade e diversidade se reúne bimestralmente.

O Item C discute como o acompanhamento desses riscos e oportunidades está integrado à estrutura da empresa. Para o Banco Bradesco, a governança é integrada, o que significa que as decisões tomadas em nível executivo refletem nos demais níveis organizacionais, por exemplo, a nível executivo, a entidade possui uma comissão de sustentabilidade, cujo objetivo é assessorar as decisões de nível estratégico do comitê de sustentabilidade e diversidade, propondo estratégias e soluções que promovam a adoção das melhores práticas de sustentabilidade corporativa nas atividades de negócios da entidade.

O Item D aborda como a administração realiza o controle e o monitoramento, em nível gerencial, dos riscos e oportunidades, relacionando-os às métricas financeiras, incluindo as políticas de remuneração. Em nível operacional, a entidade conta com uma área de sustentabilidade, responsável por desenvolver, propor e monitorar indicadores e ações para a implementação da estratégia de sustentabilidade, assessorando o conselho de administração, o comitê e a comissão em suas atribuições. No processo de remuneração variável dos executivos e na avaliação de suas respectivas áreas, são considerados os aspectos ESG e o desempenho nos principais índices e ratings de sustentabilidade.

Por fim, o Item E discute como as estratégias relacionadas aos riscos e oportunidades estão alinhadas à estratégia global da entidade. Por meio da área de

sustentabilidade, a entidade busca acompanhar os riscos e oportunidades nas demais estruturas, apoiando a integração do tema ao negócio. A entidade possui equipes dedicadas em diferentes áreas do negócio que se empenham em conectar e disseminar a estratégia de sustentabilidade.

3.2.3 Estratégias

O objetivo da entidade ao divulgar suas estratégias é possibilitar aos usuários compreender como ela aborda os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. Para alcançar esse objetivo, a entidade deve divulgar informações sobre:

a) Os riscos e oportunidades sustentáveis relevantes que podem afetar, de maneira razoável, o modelo de negócios, as estratégias e o fluxo de caixa no curto, médio e longo prazo. Neste ponto, é relevante que a entidade apresente uma descrição detalhada dos riscos e oportunidades significativos. Quanto ao prazo, a definição das estratégias deve estar relacionada ao planejamento estratégico e pode depender de diversos fatores, como o tipo de indústria, o fluxo de caixa, o ciclo orçamentário e a expectativa de duração dos investimentos de capital, entre outros.

b) Os efeitos dos riscos e oportunidades significativos no modelo de negócios e na cadeia de valor. A entidade deve divulgar informações que permitam aos usuários entender a avaliação do impacto dos riscos e oportunidades de sustentabilidade, atuais e previstos, no modelo de negócios. Para isso, deve descrever os efeitos presentes e projetados dos riscos concentrados na cadeia de valor. Nesse ponto, é importante ressaltar a relevância de a entidade adotar uma perspectiva de fora para dentro, ou seja, não apenas conhecer os processos e controles que podem ter impacto sustentável, mas também considerar seus fornecedores e clientes como parte do impacto gerado pela companhia.

c) Os efeitos dos riscos e oportunidades significativos nas estratégias e na tomada de decisão. A entidade deve informar como responde a esses riscos e oportunidades, trazendo dados qualitativos e quantitativos sobre os planos divulgados em relatórios anteriores.

É considerado o impacto financeiro dos riscos e oportunidades de sustentabilidade na tomada de decisões estratégicas, como, por exemplo, a localização de uma nova filial, abordando o impacto ambiental dessa nova localidade, a geração de empregos e os fatores que influenciam a empresa.

d) Os efeitos dos riscos e oportunidades significativos na posição, desempenho financeiro e fluxo de caixa no período reportado, bem como a projeção antecipada desses efeitos no curto, médio e longo prazo — incluindo como os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade estão incorporados no plano financeiro da entidade. A título de exemplo, a entidade precisa divulgar as exposições que ocorrem quando há mudanças na receita ou nos custos que possam decorrer da introdução de uma estratégia de Net Zero, ou qual foi o impacto em seus custos ao apoiar estratégias de retenção de mão de obra.

e) A capacidade de ajuste nas estimativas dos riscos e oportunidades de sustentabilidade. A entidade deve divulgar, de forma qualitativa ou, quando aplicável, quantitativa, as análises sobre as estratégias e o fluxo de caixa relacionados aos riscos e oportunidades significativos, incluindo como essas análises foram realizadas e a data-base do estudo. A norma ressalta que, ao fornecer informações qualitativas, a entidade pode divulgar o valor total ou um intervalo relacionado ao risco.

Outras normas das IFRS Sustainability Disclosure Standards especificarão as informações obrigatórias que a entidade precisa divulgar. No item 3.2.6 deste trabalho, serão mencionadas as divulgações obrigatórias para o setor de serviços financeiros.

Vale ressaltar que, ao relacionar suas estratégias aos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, as empresas podem optar por estratégias corporativas genéricas. Tchizawa (2011) reflete que entidades como o Banco Bradesco S.A. têm a tendência de direcionar suas estratégias para:

A) A aceleração da massificação de serviços digitais e o esvaziamento das agências bancárias;

B) A diversificação de seus produtos financeiros para captação e retenção de clientes; e

C) A eficiência no armazenamento de dados como elemento para proporcionar serviços exclusivos aos seus clientes.

A seguir, no Quadro 5, analisaremos como o Banco Bradesco apresenta suas estratégias de sustentabilidade.

Quadro 4: Frentes Estratégicas de sustentabilidade do Bradesco S.A:

Objetivos e decisões	Discriminação	Indicadores
Cidadania financeira	Promover educação e inclusão financeira para alavancar o desenvolvimento socioeconômico	- Valor total investido pela Fundação Bradesco para o desenvolvimento de suas atividades - Total de doações e patrocínios viabilizados por recursos próprios.
Agenda climática	Garantia que os nossos negócios estejam preparados para os desafios climáticos conscientizados engajados em seus clientes quanto a riscos e oportunidades.	- Escopo 1 - Escopo 2 - Escopo 2
Negócios sustentáveis	Impulsionar negócios de impacto positivo que fomentem o desenvolvimento socioambiental.	- Volume total de ativos sob gestão - Assets under Management (AuM) com avaliação ESG - Total de ativos com avaliação ESG sujeitos à triagem ambiental ou social positiva - Companhias que podem ocasional dependência química e ou riscos ou danos à saúde - Companhias que produzem ou comercializam produtos de combustíveis fósseis - Companhias que podem ocasionar riscos à saúde ou à segurança alimentar e nutricional

Fonte: elaborado pelos autores

Em fevereiro de 2024, a entidade reforça sua estratégia de desenvolvimento sustentável por meio de iniciativas que geram impactos positivos, focando em três principais frentes:

A) Produtos socioambientais: a entidade oferece financiamento para a compra de veículos híbridos e elétricos, painéis de energia solar e, em parceria com o BNDES, disponibiliza taxas de juros diferenciadas para que proprietários rurais possam realizar a recuperação de pastagens e florestas, além de promover tecnologias que contribuam para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

B) Operação ESG: como parte de sua estratégia de negócios, a entidade possui operações de concessão de financiamento ou refinanciamento de ativos que contribuem para a agenda ESG.

C) Captação com a IFC: a entidade possui um acordo financeiro com a IFC (International Finance Corporation) com o objetivo de apoiar projetos alinhados aos princípios ESG e de inclusão financeira, expandindo o apoio a micro, pequenas e médias empresas inseridas no contexto dos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

D) Investimentos responsáveis: por meio de uma triagem que incorpora dados de análises ESG nas estratégias de avaliação de riscos e oportunidades relevantes dentro dos fundos e ativos. Fora a utilização dos critérios ESG como forma de incorporação de ativos, a entidade oferece fundos de ativos que possuem projetos relacionados ao tema ESG.

Em 2023, estes fundos sob gestão do Banco Bradesco que possuem integração de questões ESG, totalizava um patrimônio líquido de R$ 315 milhões.

Em relação a norma IFRS S1, podemos observar que, o relatório não fornece informações específicas, não permitindo uma análise aprofundada sobre o impacto financeiro dessas iniciativas. Além disso, o documento também não apresenta projeções de fluxo de caixa a longo prazo, o que impede uma compreensão clara de como as gestões destes ativos influenciam o fluxo de caixa operacional da entidade.

3.2.4 Gestão de Riscos:

Segundo a ISO 31000, o risco pode ser definido como o efeito das incertezas sobre os objetivos planejados.

Nesse sentido, o risco ambiental é considerado pela identificação, mensuração e divulgação de um evento ambiental, social ou de governança que gere custos, ativos ou passivos ambientais, impactando diretamente a lucratividade da empresa.

Essa gestão é realizada por meio da compreensão de eventos sustentáveis significativos que possam, com razoabilidade, afetar os ativos, passivos ou o fluxo de caixa da entidade.

Segundo Raoni (2024), para a avaliação de riscos relacionados à sustentabilidade, a entidade precisa observar os impactos positivos e negativos (reais e potenciais) que possui na economia, no meio ambiente e nos direitos humanos. Após a identificação do impacto (evento), a entidade deve avaliar a frequência da

ocorrência desse impacto. A entidade pode utilizar metodologias que auxiliem no cálculo da frequência, porém, em casos de impacto real (um impacto que já ocorreu), é necessária apenas a avaliação da severidade, ou seja, a magnitude desse evento identificado.

Ao avaliar a severidade e combiná-la com a avaliação da frequência dos eventos, a entidade consegue identificar, de forma mais precisa, os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que a cercam.

De acordo com a IFRS S1, o objetivo da divulgação sobre a gestão de riscos é permitir aos usuários o entendimento do processo de identificação, avaliação, critério de prioridade e monitoramento dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, incluindo onde e como esses processos estão integrados à gestão de riscos da entidade.

Para isso, a entidade deve divulgar informações, principalmente sobre como é realizado o processo e as políticas utilizadas para que os colaboradores possam identificar, avaliar e monitorar os riscos relacionados à sustentabilidade.
Essas informações devem incluir:

1. Os parâmetros que a entidade utiliza;
2. Como a entidade utiliza e monitora cenários para analisar os riscos relacionados à sustentabilidade;
3. Como a entidade avalia a natureza, a probabilidade e a magnitude dos efeitos desses riscos;
4. Como a entidade prioriza os riscos relacionados à sustentabilidade em relação a outros tipos de riscos;
5. Como a empresa monitora os riscos relacionados à sustentabilidade e se ocorre uma mudança nesses riscos;
6. Como a entidade realizou a mudança desses parâmetros e como eles se comparam com os riscos reportados em períodos anteriores.

O Quadro 7 a seguir foi elaborado para analisar se o Banco Bradesco segue as recomendações de divulgação da gestão de riscos conforme o documento da IFRS S1:

Quadro 5: Aderência das recomendações de divulgação de gestão de riscos

	2023	
Gestão de Riscos	**Apresenta**	**Não Apresenta**
Critério 1	X	
Critério 2	X	
Critério 3	X	
Critério 4	X	
Critério 5	X	
Critério 6		X

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os critérios 1, 2 e 3 referem-se à divulgação dos parâmetros para a avaliação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. Em 2024, a entidade divulgou, em seu Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (RSAC), que seus riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade advêm principalmente de suas relações de negócios, incluindo fornecedores e clientes, por meio de atividades de financiamento e investimentos. Conforme apresentado no RSAC, a entidade possui um processo de identificação, avaliação e classificação dos riscos sociais e climáticos, realizado por meio da análise das atividades de crédito e financiamento, financiamento de projetos, garantias, fornecedores e investimentos.

No Quadro 8, é possível visualizar o escopo de avaliação de riscos e oportunidades relativos à sustentabilidade do Banco Bradesco.

Quadro 6: Descrição do processo de identificação, mensuração e avaliação do risco social, do risco ambiental e do risco climático.

Atividade	Escopo da Avaliação (Critérios)	Escala de Rating
Crédito	Score ASG: Biodiversidade, clima, direitos humanos, conformidade legal e saúde ocupacional.	Mínimo a Muito Alto (5 níveis)
Projetos	Checklists setoriais: Licenciamento, estudos ambientais, mitigação de impactos e exposição climática.	Mínimo a Muito Alto (5 níveis)
Garantias Imobiliárias	Passivos ambientais, contaminação de solo, restrições sociais e climáticas (imóveis rurais/urbanos).	Liberado, Restritivo ou Impeditivo
Fornecedores	Auditoria em três dimensões: Responsabilidade social, meio ambiente e saúde/segurança.	Mínimo a Muito Alto (5 níveis)
Investimentos	Alinhamento com frameworks globais (PRI, TCFD, IPC, AMEC) e impactos ASG nos ativos.	Baixo, Moderado ou Alto

Fonte: Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas - Banco Bradesco

Além disso, a entidade desenvolveu critérios de exposição a riscos sociais, ambientais e climáticos para seus potenciais clientes, aos quais é concedido crédito.

Para os riscos sociais, são usados critérios da IFC, S&P, além de dados sobre autuações e trabalho infantil no Brasil.

Os riscos ambientais são classificados segundo as mesmas referências, além das definições da FEBRABAN e registros regulatórios. A avaliação dos riscos climáticos depende das características setoriais e geográficas, devido à falta de regulamentação específica. Quanto à transição para uma economia de baixo carbono, são avaliados os riscos de mercado, reputação, regulamentação e tecnologia.

No critério 4, a entidade busca divulgar como esses riscos são priorizados em relação aos demais riscos operacionais. No entanto, para a entidade, os RSACs estão diretamente conectados. Assim, visando essa conectividade, a entidade adota testes de estresse para avaliar cenários com incertezas causadas por fatores de origem social, ambiental e climática.

Análise de Cenário

As alterações climáticas associadas aos gases de efeito estufa e às mudanças de temperatura podem ocasionar mudanças no cenário macroeconômico. Tendo isso em vista, o Banco Bradesco realiza testes de impacto financeiro caso os riscos ambientais se concretizem, a partir do modelo de equilíbrio macroeconômico, visando uma compreensão abrangente dos potenciais impactos nas carteiras, nos resultados e nos índices de liquidez.

Análise de Sensibilidade

Visando dimensionar a exposição das operações com clientes pessoas jurídicas, a entidade realiza simulações para avaliar o impacto dos riscos ambientais e sociais na concessão e liquidez de crédito. Essas simulações permitem ao Banco Bradesco estimar possíveis impactos em variáveis como os ratings de crédito das empresas.

O critério 5 está relacionado ao monitoramento dos riscos, ou seja, como é feita a gestão e o acompanhamento dos riscos identificados e como são detectadas as mudanças que eventualmente precisam ser realizadas. Conforme divulgado no Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (2023), o monitoramento da entidade inclui a revisão periódica dos ratings socioambientais. A área de sustentabilidade monitora infrações sociais e ambientais que, dependendo do evento identificado, resultam em uma revisão emergencial do rating.

Essa área também realiza o monitoramento de mudanças políticas e legais, e, quando identificadas, avalia os impactos e faz os devidos enquadramentos.

O critério 6 não foi apresentado, pois a entidade não divulgou nenhuma mudança em seus critérios de avaliação de riscos.

Embora a entidade apresente os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, é ressaltado que esta análise foi feita a partir do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos, um relatório gerencial separado, que não faz parte do relatório integrado de ESG divulgado. A divulgação distinta pode comprometer a confiabilidade das informações apresentadas. Segundo a IFRS S1, as apresentações devem ser realizadas de forma integrada, garantindo que os stakeholders disponham de informações completas sobre os riscos e suas implicações.

3.2.5 Métricas e Metas

O objetivo da divulgação das métricas e metas é possibilitar que os usuários entendam a performance em relação aos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade.

De acordo com a IFRS S1, a entidade deve informar todas as métricas relevantes ao ambiente em que atua de forma clara, divulgando a metodologia, as hipóteses assumidas, as limitações na realização do estudo, o período, os marcos relevantes durante o período e, se aplicável, a relação com outras métricas.

É necessário divulgar a performance, analisando o contexto da operação à qual a métrica está relacionada e, em caso de alteração, deve-se divulgar e esclarecer a mudança.

A análise dos relatórios de sustentabilidade do Bradesco revelou que, embora a instituição adote práticas de divulgação de informações ESG, há lacunas específicas na integração dessas informações com as demonstrações financeiras, como a ausência de métricas quantitativas sobre impactos socioambientais.

O documento é apresentado em uma planilha Excel, dividido em três abas principais, porém, em sua página principal, é possível observar a descrição de que, conforme divulgado, os indicadores reportam dados do período de janeiro a dezembro de 2023. Ressalta-se que a construção das métricas foi feita conforme as diretrizes da GRI Standards e do Relato Integrado da Value Reporting Foundation (IIRC), além de considerar diretrizes, metodologias e frameworks globais. No que tange às métricas, elas foram formuladas de acordo com os pilares da ESG.

No pilar ambiental, há 83 indicadores, subdivididos em subtemas sobre emissões operacionais, gestão de água, energia, resíduos e materiais. Observa-se que a empresa utiliza critérios financeiros, como a receita líquida, para o cálculo dos indicadores de intensidade de emissões e de intensidade energética; porém, não fica clara a metodologia aplicada, assim como as incertezas das estimativas, sendo que os demais critérios, assim como os aplicados para os pilares de governança e social, apresentam uma natureza mais subjetiva.

3.2.6 Divulgações Obrigatórias

Os bancos comerciais realizam transações de depósitos e concessões de empréstimos para pessoas físicas e jurídicas.

Conforme foi exposto durante a apresentação das análises, podemos observar que os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade afetam o cenário macroeconômico e, consequentemente, essas operações, especialmente as ligadas à concessão de crédito. Dada a relevância do tema, em junho de 2023, o IFRS Sustentabilidade divulgou um guia de divulgação obrigatória para os bancos.

No documento há apenas um tema e métrica a serem divulgados sobre sustentabilidade de forma obrigatória, conforme Quadro 9:

Quadro 9: Temas e métricas das informações a serem divulgadas sobre sustentabilidade.

Tema	Métrica	Categoria
Incorporação de fatores ambientais, sociais e governança nas análises de crédito	Descrição da abordagem para incorporação de Fatores ESG	Análises e comentário

Fonte: IFRS Sustainability

O Banco Bradesco pode contribuir de forma externa, positiva ou negativa, por meio de sua prática de concessão de crédito. Por esse motivo, integrar os fatores ESG na concessão permite determinar a qualidade das garantias.

Sendo assim, a entidade deve divulgar a metodologia de cálculo da concessão de créditos, assim como as políticas que determinam a incorporação dos fatores ESG em suas análises de crédito.

Conforme analisado no Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos, a incorporação dos fatores ESG é utilizada, em sua maior parte, na exposição a operações de crédito.

No que diz respeito à concessão de crédito, a entidade realiza a avaliação dos clientes que atuam em setores com potencial exposição ambiental e social, resultando em um rating socioambiental determinado em fóruns de deliberação de crédito,

seguindo a delimitação da RAS. Na RAS, os riscos sociais, ambientais e climáticos são representados por diretrizes relacionadas a setores sensíveis, atividades controversas e infrações socioambientais que estão vinculadas às estratégias da entidade.

Em 2023, a exposição do Banco Bradesco se caracterizou por operações de crédito, títulos de dívida e operações não contabilizadas no balanço prudencial (transações que não são divulgadas diretamente pelo banco, mas que possuem riscos, como algumas garantias e compromissos futuros).

Os setores mais suscetíveis a riscos incluem: Financeiros (23,14%), Varejo (4,36%), Transportes e Concessão (3,42%), Atacado (2,16%) e Atividades Imobiliárias e Construção (2,72%). É importante notar que a pessoa física (39%) não é avaliada, mas o relatório não apresenta justificativa para essa exclusão.

Todos os setores econômicos estão expostos a eventos que podem aumentar ou diminuir seus riscos sociais, ambientais e climáticos. Em 2023, a entidade reconheceu perdas operacionais de R$ 3,3 milhões decorrentes desses eventos.

Apesar da divulgação, essas informações foram analisadas a partir do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos, que é um documento gerencial separado e não integra o relatório de ESG.

Não foi possível identificar o saldo reconhecido como perda operacional nas demonstrações financeiras, o que gera incerteza sobre o cálculo do provisionamento. Isso ocorre porque esses riscos podem não ter sido considerados durante a avaliação pela auditoria externa.

A divulgação fragmentada pode comprometer a confiabilidade das informações apresentadas. Segundo a IFRS S1, as apresentações devem ser feitas de forma integrada, garantindo que os stakeholders tenham acesso a informações completas sobre os riscos e suas implicações.

Considerações Finais

Este estudo analisou como o Banco Bradesco S.A. incorpora os critérios ESG em suas práticas contábeis e relatórios de sustentabilidade, com o objetivo de avaliar

a conformidade dessas práticas com os requisitos de divulgação estabelecidos pela norma IFRS S1. A partir da revisão teórica e da análise dos relatórios do banco, buscou-se investigar a hipótese de que, embora o Bradesco adote práticas de divulgação ESG, ainda há lacunas na integração dessas informações às demonstrações financeiras, o que comprometeria a transparência e comparabilidade dos dados.

A pesquisa confirmou a hipótese inicial, evidenciando que o Bradesco implementa práticas relevantes para o cumprimento de diretrizes ESG e faz uso de relatórios detalhados sobre sustentabilidade e governança corporativa. No entanto, observou-se que a integração total dessas informações com as demonstrações financeiras ainda é parcial. As divulgações relacionadas a aspectos socioambientais, embora alinhadas a padrões como GRI e ISSB, não são plenamente integradas aos relatórios financeiros, o que limita a capacidade dos stakeholders de compreenderem o impacto financeiro das ações sustentáveis do banco.

Outro ponto crítico identificado foi a falta de métricas quantitativas claras e uniformizadas nos relatórios ESG. Embora o banco forneça descrições qualitativas de suas iniciativas, a ausência de dados numéricos dificulta a mensuração exata dos impactos financeiros e socioambientais, um aspecto fundamental para atender aos critérios de materialidade, comparabilidade e verificabilidade da IFRS S1.

A análise também revelou desafios práticos na implementação das exigências da IFRS S1, como a necessidade de um sistema robusto de integração de dados e a dificuldade em quantificar os impactos das práticas sustentáveis de forma consistente. Estes fatores reforçam a complexidade de alinhar as práticas de divulgação ESG com os padrões globais da IFRS, exigindo que o banco considere investimentos em processos de mensuração e controle.

Para aprimorar a conformidade com a IFRS S1, recomenda-se que o Banco Bradesco invista na padronização de suas métricas ESG, com foco em dados quantitativos que possam ser facilmente integrados às demonstrações financeiras. A adoção de um sistema de auditoria e verificação independente para os dados ESG pode aumentar a confiabilidade e transparência das divulgações, promovendo maior

confiança dos stakeholders e alinhamento com as melhores práticas internacionais de sustentabilidade.

Em conclusão, a pesquisa confirma a relevância dos critérios ESG para o Banco Bradesco e seu compromisso com a sustentabilidade. No entanto, para alcançar uma conformidade plena com a IFRS S1 e atender às crescentes demandas de transparência e responsabilidade socioambiental, o banco deve adotar medidas que reforcem a integração dos dados ESG com as informações financeiras, promovendo relatórios que sejam tanto completos quanto comparáveis no cenário internacional.

Além disto, recomenda-se a continuidade deste estudo, dada a relevância crescente do tema.

REFERÊNCIAS

ABNT.**ISO 14001: 2015**.Disponível em: <https://www.iso.org/standard/60857.html> Acesso: 09 jun.2025

ABNT. NBR ISO 26000: **diretrizes sobre responsabilidade social**. Rio de Janeiro: ABNT, 2010. Disponível em: https://www.iso.org/standard/42546.html. Acesso em: 9 jun. 2025.

BANCO BRADESCO. **Relatório ESG 2023**. Osasco, 2024. Disponível em: https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/80f2e993-0a30-421a-9470-a4d5c8ad5e9f/9d7c85ff-fa3b-f740-f185-259322a09373?origin=2. Acesso em: 30 ago. 2024.

BANCO BRADESCO. **Relatório Integrado 2023**. Osasco, 2024. Disponível em: https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/80f2e993-0a30-421a-9470-a4d5c8ad5e9f/9d7c85ff-fa3b-f740-f185-259322a09373?origin=2. Acesso em: 30 ago. 2024.

CVM. **Resolução CVM nº 193**, de 20 de outubro de 2023. Rio de Janeiro: CVM, 2023. Disponível em: https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/resolucoes/anexos/100/resol193.pdf. Acesso em: 9 jun. 2024.

CORAL, E. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/82705/189235.pdf. Acesso em: 4 jun. 2024.

FEBRABAN. **Política de Sustentabilidade**. [S. l.], 2024. Disponível em: https://portal.febraban.org.br/pagina/3311/1109/pt-br/politica-sustentabilidade. Acesso em: 30 ago. 2024.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **About us**. [S. l.], 2024. Disponível em: https://www.globalreporting.org/about-gri/. Acesso em: 17 ago. 2024.

IFRS SUSTAINABILITY. **Climate-related and Other Uncertainties in the Financial Statements**. [S. l.]: IFRS Foundation, 2024.

INTEGRATED REPORTING. **Integrated reporting – articulating a future path**. [S. l.], 2024. Disponível em: https://integratedreporting.ifrs.org/news/integrated-reporting-articulating-a-future-path/. Acesso em: 17 ago. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). ISA 320: **Materiality in Planning and Performing an Audit.** New York: IFAC, 2023.

JUNQUEIRA, F. **Empresas alinhadas com agenda ESG podem participar de mercado de US$ 53 trilhões até 2025**. Movimento Circular, 2024. Disponível em: https://movimentocircular.io/pt/noticias/empresas-alinhadas-com-agenda-esg-podem-participar-de-mercado-de-us-53-trilhoes-ate-2025. Acesso em: 9 jun. 2024.

NOGUEIRA, M. **Responsabilidade social corporativa como critério de satisfação do ambiente de trabalho**. 2020. Monografia (Graduação em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

ONUDI. **Relatório sobre Desenvolvimento Industrial e Sustentabilidade: impactos das empresas nas emissões globais de gases de efeito estufa**. [S. l.], 2023.

PWC. **Dupla Materialidade. Portugal**: PWC, 2022. Disponível em: https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/docs/pwc-sustentabilidade-dupla-materialidade-metodologia.pdf. Acesso em: 6 nov. 2024.

RAONI, R. Materialidade **- Análise de risco de impacto na gestão ESG.** YouTube, 17 ago. 2024. Disponível em: https://youtu.be/IaerB6lgfVs?si=heh7riT68jNM2QhD. Acesso em: 17 ago. 2024.

SASB STANDARDS. **Explorando a Materialidade**. [S. l.], 2024. Disponível em: https://sasb.ifrs.org/standards/materiality-map/. Acesso em: 1 jun. 2024.

SCHROEDER, F. E.; SCHROEDER, D. **Responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades.** RAE eletrônica, v. 3, n. 1, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s1676-56482004000100002. Acesso em: 6 nov. 2024.

SUSTAINABILITY ACCOUNTING STANDARDS BOARD (SASB). **Standards for the Banking Industry.** [S. l.]: SASB, 2023.

TCFD. **About**. [S. l.], 2024. Disponível em: https://www.fsb-tcfd.org/about/. Acesso em: 17 ago. 2024.